



BOLETIM - ANO III – Nº 106

Rio de Janeiro, 25 de Janeiro de 2013

CNPL PARTICIPARÁ DE FÓRUM SOCIAL MUNDIAL TEMÁTICO

Confederação Nacional das Profissões Liberais promoverá a palestra “O momento econômico mundial e o neoliberalismo” no dia 29 de janeiro

A Confederação Nacional das Profissões Liberais – CNPL participará da 13ª edição do Fórum Social Mundial Temático, que acontecerá entre os dias 26 e 31 de janeiro, na cidade de Porto Alegre – RS. Na oportunidade, a Entidade promoverá a palestra “O momento econômico mundial e o neoliberalismo”, que será apresentada pelo professor de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Fernando Ferrari, e pelo escritor, professor e consultor sindical, Ernesto Germano de Pares, no dia 29 de janeiro, das 11 às 13 horas, sala 4 do mezanino da Usina do Gasômetro.

Para saber mais sobre o Fórum, acesse www.fsmpoa.com.br. Palestra: “O momento econômico mundial e o neoliberalismo”. Evento: 13º Fórum Social Mundial. Local: Usina do Gasômetro – sala 4 do mezanino, Porto Alegre (RS). Data: 29 de janeiro – terça-feira.

Horário: das 11 às 13 horas

Fonte: www.cnpl.org.br

OPÇÃO PELO SIMPLES PODE SER FEITA ATÉ O DIA 31 DESTE MÊS

Ano começa com série de obrigações tributárias para o empresário, que deve ficar atento aos atrasos e multas

O ano começa com obrigações importantes para os empresários: entrega da Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte (Dirf), até 28 de fevereiro, e da Declaração da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), até 8 de março. Para fazer a Dirf, obrigação fiscal que atinge praticamente todas as empresas, além de outras figuras jurídicas, é preciso ter controle de todas as retenções e rendimentos pagos feitos em 2012, confrontando-os com os Darf (Documento de Arrecadação de Receitas Federais) pagos mês a mês, explica o consultor tributário Leandro Cossalter, da Crowe Horwath Brasil. "Cruze as informações com a contabilidade e peça uma revisão a outra pessoa para evitar erro no preenchimento", diz.

A Rais, que se destina ao Ministério do Trabalho e Emprego, também tem grande abrangência e merece cuidado. Atraso na entrega, omissões e erros podem provocar

multas, com valores a partir de R\$ 425,64, mais R\$ 106,40 por bimestre de atraso até a data em que, finalmente, se realiza a entrega.

Opção de regime fiscal

Também neste início de ano é o momento de fazer a opção pelo Simples, que unifica o recolhimento de tributos e contribuições federais e estaduais. O prazo se encerra no próximo dia 31. "A escolha do regime tributário é irretratável para todo o ano-calendário", ressalta Cassalter, da Crowe. "Portanto, é de suma importância o estudo sobre a melhor forma de tributação para a empresa."

Parcelamento de débitos

As empresas paulistas que têm dívidas de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) podem aderir ao Programa Especial de Parcelamento (PEP), instituído pelo governo do estado. O programa permite parcelamento de débitos com redução de multas e juros de operações ocorridas até 31 de julho do ano passado. Vale para constituídos, ou não, e inscritos, ou não, na dívida ativa, inclusive ajuizados. O pagamento pode ser feito em parcela única, à vista, com redução de 75% do valor atualizado das multas punitiva e moratória e de 60% do valor dos juros incidentes sobre o imposto e sobre a multa punitiva ou em até 120 parcelas mensais consecutivas, com redução de 50% do valor atualizado das multas punitiva e moratória e 40% do valor do juro incidente sobre o imposto e a multa punitiva.

Os parcelamentos implicam acréscimos financeiros: 0,64% ao mês para parcelamento em até 24 meses; 0,80% para prazos de 26 a 60 meses; e 1% para parcelamento de 61 a 120 meses. "É uma ótima oportunidade, mas, antes de aderir, é preciso fazer uma avaliação minuciosa dos débitos e fazer a opção realmente viável", alerta Richard Domingos, diretor executivo da Confirp Contabilidade.

Fonte: Brasil Econômico

MARCHA DAS CENTRAIS IRÁ RESGATAR AGENDA DA CONCLAT

Intenção é entregar pauta diretamente à Dilma. Os representantes das centrais entendem que a data é pertinente, pelo fato de coincidir com a semana inicial dos trabalhos do Congresso.

As centrais sindicais bateram o martelo nesta quarta-feira (23), ao confirmarem, após reunião ocorrida na cidade de São Paulo, a realização de uma grande marcha a Brasília no dia 6 de março, com o propósito de entregar uma pauta de reivindicações ao governo federal, baseada na Agenda da Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat).

Centrais preparam agenda de luta.

A intenção dos sindicalistas é entregar essa pauta diretamente à presidente Dilma Rousseff. Os representantes das centrais entendem que a data é pertinente, pelo fato de coincidir com as semanas iniciais dos trabalhos da Câmara Federal em 2013.

Além disso, entre os dias 4 e 8 de março a cidade de Brasília também abrigará o 11º Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), entidade que poderá contribuir de maneira determinante para o sucesso da marcha.

Pauta

Os representantes das centrais definiram que o ato de 6 de março será chamado de “Marcha da Classe Trabalhadora por Cidadania, Desenvolvimento e Valorização da Classe Trabalhadora”.

Diante da definição de que a Agenda da Conclat, elaborada pelas centrais em 2010, servirá como base para as reivindicações que serão entregues à presidente Dilma, os sindicalistas definiram oito pontos fundamentais como bandeiras para a marcha. (Com Portal CTB)

Veja abaixo:

- Fim do fator previdenciário
- Redução da jornada de trabalho para 40h semanais, sem redução de salários
- Educação: 10% do PIB para o setor
- Saúde: 10% do PIB para o setor
- Reforma agrária
- Valorização das aposentadorias
- Ratificação das convenções 151 e 158, da OIT
- Mudanças na política macroeconômica

Fonte: www.diap.org.br

CSB DEFENDE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL DE SERVIDORES PÚBLICOS EM REUNIÃO COM MINISTRO BRIZOLA



O tema central do encontro foi a revogação da Instrução Normativa nº 1

O ministro do Trabalho e Emprego, Brizola Neto, recebeu em audiência, realizada na tarde desta quinta-feira (24), os dirigentes da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB) para discutir assuntos relacionados aos servidores públicos e aos sindicatos de agentes autônomos do comércio.

O tema central do encontro foi a revogação da Instrução Normativa nº 1, de 30 de setembro de 2008, que buscava regularizar o sistema de cobrança da contribuição sindical compulsória dos servidores públicos, através de instrumento publicado no Diário Oficial da União no início de janeiro deste ano.

No documento entregue ao ministro, a central reafirma sua posição na defesa do fortalecimento dos sindicatos de servidores públicos, sobretudo lhes assegurando estrutura financeira necessária para a sua organização, nos moldes que ocorre no setor privado.

“Ora, quer nos parecer que a IN nº 1/2013 sublinha verdadeira situação afrontosa à igualdade substancial constitucionalmente assegurada à representação sindical, quer esta se dê no setor público, quer no setor privado. Isso porque a contribuição sindical, enquanto fonte de custeio de toda a organização sindical representativa, é devida para fins de estabelecimento, manutenção e mesmo de fundo de segurança para resguardar a atuação dos entes sindicais junto aos seus representados”, afirma o documento da CSB.

Segundo a CSB, a ausência de regulamentação na forma de cobrança da contribuição dos servidores implica na desigualdade material, formal e absoluta entre os sindicatos representativos dos trabalhadores do setor público e os trabalhadores do setor privado. Mais, é o próprio reconhecimento da arbitrariedade e da disparidade de poderes vigentes em âmbito coletivo no setor público da economia.

Em sua explanação o ministro reafirmou sua posição favorável as fontes de custeio à organização das entidades representativas dos servidores e informou que o ato governamental de tornar sem efeito a Instrução Normativa nº 1/2008 atendeu a uma determinação da Advocacia Geral da União. No entanto, o ministro comunicou que o tema será tratado numa Audiência Pública, a ser convocada no mês de fevereiro, para deliberar sobre o restabelecimento da instrução que orienta pela contribuição sindical, constituindo um grupo de trabalho para produzir uma proposta consensual de regulamentação definitiva da contribuição dos servidores em todas as esferas.

“O ministro Brizola Neto demonstrou sua intenção de democratizar e aprofundar o debate sobre a contribuição, tema este fundamental para a luta dos servidores, uma vez que eles sofrem pressões e chantagens das administrações públicas, especialmente em momentos de confronto ou movimentos reivindicatórios. Nós temos claro que a contribuição é um direito dos servidores, é um assunto que já está consolidado através de centenas de decisões judiciais em todos os cantos do país e não podemos permitir esta falta de isonomia entre as fontes de custeio das entidades”, disse o presidente da CSB, Antonio Neto.

De acordo com Neto, “basta um breve exercício analógico para que concluamos que, extinguindo a regulamentação normativa para fins de recolhimento da contribuição sindical em favor dos sindicatos representativos dos trabalhadores no setor público, se desequilibra ainda mais a balança em favor da administração pública. Ora, se no setor privado há equidade entre as entidades obreiras e as entidades patronais, no setor público não se admitiria a valorização excessiva do Estado (detentor de todas as fontes econômicas de ordem pública) em desfavor do trabalhador”.

Para a CSB, ao suprimir fonte de custeio em desfavor dos sindicatos-obreiros, o Estado inviabiliza a representação junto ao setor público, mitigando a proteção ao trabalhador que labora em função pública e desmantelando todo o sistema sindical de proteção fático-jurídica àquelas categorias.

Durante a audiência, os dirigentes da CSB apresentaram ao ministro reivindicações dos agentes autônomos do comércio, que buscam dirimir problemas ligados à categoria.

Fonte: www.csbbrasil.org.br